

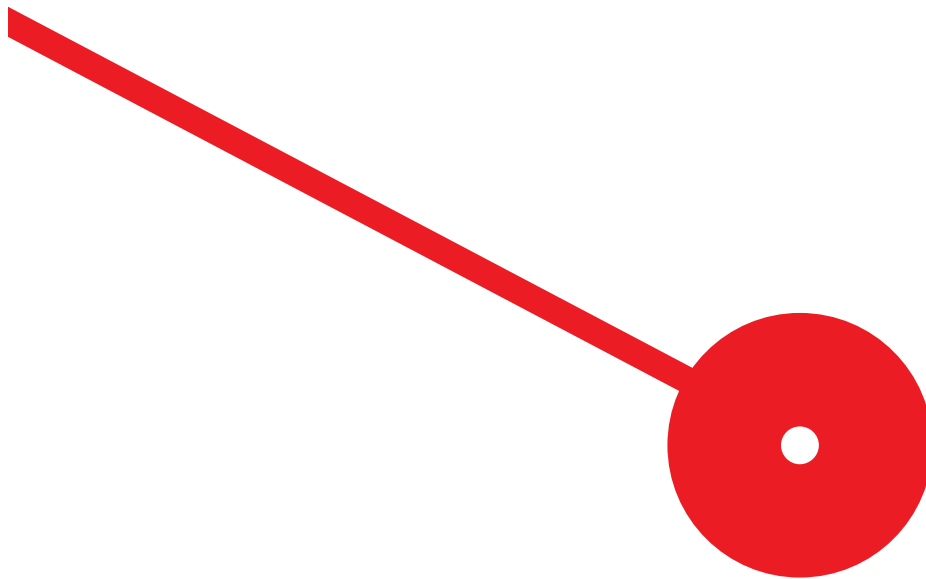
INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

M MESTRADO  
Auditoria

Relatório de Estágio  
Auditoria Financeira  
José Miguel Gomes Meireles

10/2022

José Miguel Gomes Meireles. Relatório de Estágio  
10/2022



INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

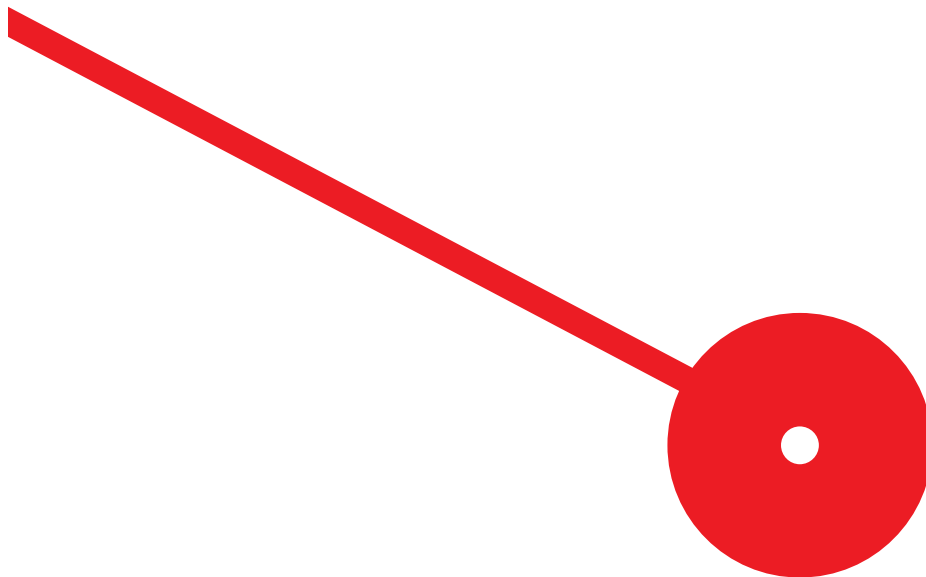
M MESTRADO  
AUDITORIA

# Relatório de Estágio

José Miguel Gomes Meireles

**Relatório de Estágio**  
**Apresentado ao Instituto Superior de**  
**Contabilidade e Administração do Porto para a**  
**obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob**  
**orientação da Professora Doutora Alcina de Sena**  
**Portugal Dias.**

José Miguel Gomes Meireles. Relatório de Estágio  
10/2022



## **Dedicatória**

Início este relatório dirigindo-me às pessoas que são mais importantes na minha vida, que são a minha família, dado que sem eles nunca chegaria onde estou hoje.

Aos meus pais, **José e Josefina**, por terem estado sempre a meu lado em todos os momentos independentemente das circunstâncias e por muitas vezes abdicarem das suas vidas em prol da minha pessoa.

Às minhas irmãs **Ana e Paula** agradeço-lhes por serem as minhas fiéis companheiras desde sempre e por confiarem em mim e nas minhas capacidades, incentivando-me a ser cada vez melhor e a lutar por aquilo em que acredito.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer à minha namorada por fazer comigo este caminho e por servir de inspiração sendo alguém que realmente faz aquilo que gosta passando-me o repto de procurar o mesmo a cada dia.

## **Agradecimentos**

A elaboração do presente relatório incorpora a última fase do meu mestrado em Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Neste sentido, aproveito esta oportunidade para agradecer a quem esteve comigo ao longo desta jornada e de alguma forma contribuiu para o meu desenvolvimento tanto a nível académico e profissional, como pessoal.

No dia 18 de outubro de 2021, decidi abraçar o projeto e realizar o meu estágio curricular na empresa “Anjos & Associados- SROC, Lda.”. Ao longo deste ano, a cada dia pelas 9 horas da manhã deparei-me com muito mais do que apenas uma empresa, aqui encontrei uma família que não me procurou despejar trabalho, mas sim capacitar-me das mais variadas ferramentas para realizar o trabalho meritório que se realiza na área de auditoria e revisão de contas.

Assim, antes de mais, dedico um especial agradecimento aos ilustres Revisores Oficiais de Contas Paulo Jorge Seabra dos Anjos e Jónatas de Jesus Margarida por me terem dado esta oportunidade de entrar nesta grande casa e usufruir do seu vasto conhecimento.

Aos meus colegas da SROC gostaria de lhes agradecer por me terem acompanhado ao longo de todo este caminho que foi o meu estágio e por me terem transmitido os mais variados conhecimentos necessários para as funções que viria a desempenhar.

Por último agradeço à excelentíssima senhora professora Doutora Alcina Portugal Dias por ter assumido um papel fundamental na conceção deste relatório aceitando ser a minha orientadora de estágio e por ter estado disponível para me auxiliar e esclarecer ao longo deste período.

O meu profundo agradecimento a todos os que citei de forma particular e a todos os que se fizeram acompanhar ao longo desta grande e prazerosa jornada.

*“O homem é do tamanho do seu sonho”*

*Fernando Pessoa*

## **Resumo**

Atualmente, a nossa sociedade vive uma instabilidade devido ao facto de termos sido assolados pela pandemia da Covid-19. Este paradigma afetou fortemente as entidades empresariais, não colocando apenas as mesmas aquém dos seus objetivos delineados mas também colocando, em muitos casos, em causa a sua sustentabilidade e até a sua sobrevivência em aspetos económicos.

Além disso, coloca-se uma perspetiva de incerteza face ao conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, na medida em que este põe em causa o nível de preços e a oferta de bens e serviços a nível mundial, não sendo possível, neste momento, determinar o impacto real deste incidente no que se refere a aspetos financeiros.

Neste sentido, tendo em conta a situação acima descrita, será importante não só agora mas sobretudo agora que os auditores e revisores oficiais de contas desempenhem extraordinariamente bem as suas funções de forma a proporcionar uma informação financeira isenta de erros aos seus utilizadores.

Assim, este relatório aborda um vasto conjunto de conceitos associados à auditoria financeira, qual o papel do auditor e a sua importância no decorrer do processo, o código de conduta pelo qual este se deve cingir, como também um conjunto de etapas estruturantes para prestar uma informação rigorosa tal como se pretende.

Após a revisão da literatura segue-se a metodologia onde se desenvolve a problemática, constroem as asserções para as perguntas de investigação levantadas e por último explicita-se o modelo de análise.

**Palavras chave:** Auditoria Financeira, código de conduta, asserções, perguntas de investigação.

## **Abstract**

Currently, our society is experiencing instability since we have been ravaged by the Covid-19 pandemic. This paradigm strongly affected the entities business, not only placing them below their outlined objectives, but also jeopardizing, in many cases, their sustainability and even their survival in economic aspects.

In addition, there is a prospect of uncertainty due to the military conflict between Russia and Ukraine, as it endangers price level and supply of goods and services worldwide, and it is not possible, at this time, to determine the real impact of this incident regarding financial aspects.

Hereupon, it is important especially now that auditors and statutory auditors perform extraordinarily well its functions in order to provide error-free statement financial information to its users.

Thus, this narrative addresses a wide range of concepts associated with auditing financial information, auditor's role and its importance in the process, as well as the code of conduct by which it must be bound, as well as a set of fundamental steps to provide accurate information as intended.

After reviewing the literature, the methodology is followed where the problem is developed, build the assertions for the research questions raised and finally its explained the analysis model.

**Key words:** Financial Audit, Code of Conduct, Claims, Research Questions.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Enquadramento teórico</b> .....	<b>4</b>
1.1 Evolução histórica da auditoria .....	5
1.2 Conceito de auditoria .....	6
1.3 O Papel dos Revisores Oficiais de Contas .....	7
1.4 Auditoria Financeira em Portugal .....	8
1.5 Fases da auditoria: .....	8
1.5.1 1º Aceitação ou continuação de relações profissionais com clientes .....	8
1.5.2 2º Planeamento da auditoria .....	9
1.5.3 3º Obtenção de prova de auditoria e realização de testes de auditoria .....	9
1.5.4 4º Conclusão e avaliação de auditoria .....	10
1.5.5 5º Relato de auditoria .....	11
1.6 Princípios, Normas e Diretivas de Auditoria .....	11
1.7 Ética em Auditoria .....	12
1.8 Controlo Interno .....	12
1.9 Planeamento de Auditoria .....	13
1.10 Prova de Auditoria .....	17
1.11 Relatório de Auditoria .....	17
1.12 Perguntas de Investigação .....	18
<b>Capítulo II – Metodologia</b> .....	<b>19</b>
<b>Capítulo III – Entidade Acolhedora</b> .....	<b>23</b>
<b>Capítulo IV – Atividades desenvolvidas</b> .....	<b>26</b>
<b>Capítulo V – Conclusão</b> .....	<b>39</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>42</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>45</b>

## **Índice de Figuras**

Figura 1. Planeamento de uma Auditoria.....	14
Figura 2. Planeamento de uma Auditoria.....	20
Figura 3. Perguntas de Investigação.....	32
Figura 4. Logótipo da Entidade Acolhedora .....	24
Figura 5. Índice do arquivo permanente .....	28
Figura 6. Índice do arquivo corrente.....	31

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Perguntas de Investigação e Asserções.....	21
--	----

## **Lista de abreviaturas**

AEF- Análise Económico Financeira

ASD- *Auditing Software Distributor*

CSC- Código das Sociedades Comerciais

DF'S- Demonstrações Financeiras

FASB- *Financial Accounting Standards Board*

IESBA- *International Ethics Standards Board for Accountants*

IPAD- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IFAC- *International Federation of Accountants*

ISA- *International Standards on Auditing*

OROC- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

RCBE- Registo Central do Beneficiário Efetivo

SROC- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

# INTRODUÇÃO

---

Este relatório foi desenvolvido no âmbito de um estágio curricular realizado na sociedade de revisores oficiais de contas “Anjos & Associados- SROC, Lda.” No período compreendido entre 15 de outubro de 2021 a 31 de julho de 2022, tendo por base o segundo ano do mestrado em Auditoria realizado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

Nesta fase académica em que me encontro decidi optar por realizar um estágio curricular em vez de desenvolver uma dissertação de mestrado, uma vez que considero que é cada vez mais vantajoso dispor de conhecimentos provenientes de uma experiência profissional.

Assim, este relatório será estruturado em duas fases distintas. Primeiramente, numa vertente teórica, pretender-se-á apresentar o papel de um auditor no decorrer de uma auditoria, tal como, se pretenderá explicitar todo processo de auditoria desde o seu planeamento até à fase final da emissão da certificação legal de contas e relatório de recomendações.

Posteriormente e já numa vertente prática irei inicialmente fazer uma pequena apresentação da empresa indicando quais os serviços que esta presta aos seus clientes em pleno exercício da sua atividade, tal como, irei relatar quais as tarefas que executei ao longo do estágio curricular como auditor júnior e a lógica inerente à esquematização, programação e desempenho das respetivas tarefas.

Em jeito de conclusão farei um balanço da minha experiência onde pretendo analisar se obtive conhecimentos de valor acrescentado, assim como irei procurar verificar se existe uma aproximação real entre os conhecimentos obtidos a nível teórico e aquilo que é apresentado na atividade empresarial dos auditores.

*“For every operation audited, know the mission, the purpose and the reason for being.”*

**Larry Sawyer**

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

## 1.1 Evolução histórica da auditoria

Etimologicamente, a palavra Auditoria advém do latim de “audire” e começa a ganhar forma logo desde os primórdios da humanidade, reportando ao ano 4 mil Antes de Cristo, quando os auditores tirariam conclusões através das informações que verbalmente lhes eram transmitidas, além disso, no que respeita ao lugar de origem os historiadores descobriram referências a essa palavra em locais como a Babilónia e Egito com a finalidade de á época arrecadar impostos e estabelecer controlo de mercadorias.

Contudo, e de acordo com Cardoso *et. al.* (1995), é no século XIX com a imersão da Revolução Industrial, com a expansão dos mercados, criação de novas empresas e maior fluxo de mercadorias que começam a ser definidas novas linhas diretrizes para a área contabilística, tendo, no entanto, maior ênfase na Auditoria.

Assim, podemos afirmar que a Auditoria tal como hoje a conhecemos surge na Grã-Bretanha de forma a tentar estabelecer um sistema contabilístico que permitisse obter um maior controlo das atividades evitando a sucessão de fraudes financeiras e de modo a poder dar aos utilizadores das informações financeiras uma maior credibilidade e confiança naquilo que lhes é apresentado até para que estes possam investir de forma segura se for o caso.

Com o desenrolar da Grande Depressão, que ficou conhecida como a maior crise da história dos Estados Unidos da América, e que persistiu por mais de uma década, este país veio afirmar-se como um defensor acérrimo da atividade.

A Auditoria foi-se desenvolvendo por todo o mundo e chegou a Portugal em 15 novembro de 1969 através do decreto-lei nº49/381 com a obrigatoriedade de que as Sociedades Anónimas realizassem uma certificação legal de contas e definissem um ou mais revisores oficiais de contas no conselho fiscal ou então designar um fiscal único para realizar a função.

A regulamentação da profissão de Revisão Oficial de Contas dá-se desta forma em 1972 com o decreto-lei número 1/72, com o intuito de oficializar e estruturar a profissão, atribuindo-lhe automaticamente uma maior eficiência.

## 1.2 Conceito de auditoria

Atualmente a informação contabilística é uma matéria imprescindível que deve ser alvo de análise por parte dos órgãos de gestão das empresas, com a finalidade de se elaborarem e divulgarem as demonstrações financeiras de acordo com os princípios e normas nacionais estabelecidos.

Com a divulgação das demonstrações financeiras, os auditores são responsáveis por verificar se o que consta nas demonstrações são informações confiáveis, exatas e isentas de distorções materiais, correspondendo assim de forma real à situação económica da empresa. Este julgamento é de extrema importância para a sociedade dado que não só avalia se a empresa está numa situação favorável em termos económicos, como também verifica se existem indícios de corrupção por parte da empresa auditada e por último dá segurança a todos aqueles que estão envolvidos na empresa, como por exemplo fornecedores, investidores, trabalhadores, entre outros.

Posteriormente, o auditor deve emitir o seu parecer relativamente aquilo que foi auditado. Este juízo deve ser isento e deve estar suportado por um conjunto de rubricas que foram alvo de análise e que permitem constatar de forma assertiva aquilo que se encontra na auditoria.

De acordo com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) a auditoria pode ser vista como se tratando de um processo que consiste no exame ou verificação objetiva das atividades e operações de uma organização. Neste sentido, pretende-se detetar a conformidade das atividades inerentes à organização com as regras e normas em vigor.

Além disso, e de acordo com o que é referido pelo IFAC no (Manual do TC Volume I,1999, p.22) “a Auditoria é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos maior credibilidade”.

No decorrer de uma auditoria, o auditor tem como função debruçar-se sobre as demonstrações financeiras de modo a verificar se estas estão ou não preparadas em todos os seus aspetos materiais, tal como nos explica a ISA número 200, isto é o mesmo que dizer que tem como objetivo detetar a conformidade das rubricas analisadas.

Toda e qualquer opinião ou parecer que seja emitida não põe em causa e a fiabilidade de uma organização ou a sua gestão, contudo, existem determinados regulamentos de índole legal que impõem que o auditor se expresse relativamente à qualidade dos controlos internos estabelecidos pela gerência ou quanto à compatibilidade do relatório de gestão com o exposto nas demonstrações financeiras. Neste sentido, e de forma a desempenhar tal tarefa deverá ser fornecido ao auditor toda a informação que seja necessária e relevante para a elaboração das demonstrações financeiras, e as demais informações que sejam importantes para caso deverão ser solicitadas ao órgão de gestão.

Além disso, o auditor deverá ter total acesso a todas as pessoas da companhia para deste modo poder realizar prova de auditoria.

### **1.3 O Papel dos Revisores Oficiais de Contas**

A lei n.º 140/2015 de 7 setembro aprovou o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas enquanto associação pública profissional a quem compete a função de representar e agrupar os seus membros, bem como coordenar todos os aspetos inerentes à profissão de revisor oficial de contas.

Além disso, no estatuto, encontram-se plasmadas as competências dos revisores oficiais de contas e as suas funções de carácter público, não só realizadas em empresas públicas como em privadas.

Por último, além das funções de carácter público, os revisores oficiais de contas exercem outras atividades de entre as quais se destacam:

- Consultoria;
- Peritagens e arbitragens;
- Estudos de reorganização;
- Restruturação de empresas;
- Análises financeiras;
- Estudos de viabilidade económica;
- Formação profissional;
- Estudos e pareceres sobre matérias contabilísticas;
- Revisão de declarações fiscais;

- Administrador de insolvência e liquidatário;
- Administrador ou gerente de sociedades participadas por sociedades de revisores oficiais de contas;
- Docência;
- Membros de comissões de auditoria e de órgãos de fiscalização ou de supervisão de empresas ou outras entidades.

## **1.4 Auditoria Financeira em Portugal**

O decreto-lei nº 49/381 de 15 de novembro de 1969 menciona pela primeira vez a profissão Revisor Oficial de Contas, este decreto foi rapidamente alterado pelo decreto-lei nº 648/70 de 28 de dezembro com a obrigatoriedade de que as Sociedades Anónimas fossem fiscalizadas e realizassem, portanto, uma certificação legal de contas. O respetivo decreto esteve em vigor até à aprovação do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, até à aprovação do decreto-lei nº 262/86 de 2 de setembro.

A regulamentação da profissão de Revisão Oficial de contas dá-se em 1972 com o decreto-lei número 1/72, com o intuito de oficializar e estruturar a profissão atribuindo-lhe automaticamente uma maior eficiência.

## **1.5 Fases da auditoria**

### **1.5.1 1º Aceitação ou continuação de relações profissionais com clientes**

Conforme indica o “*Quality Control for Firms that Perform Audits and review of Financial Statements and other Assurance and Related Services Engagements*”, cada sociedade de auditoria deveria delinear um determinado modelo em que apresentasse um conjunto de diretrizes no que respeita à aceitação ou continuação de relações profissionais com clientes.

Segundo Costa (2017) este procedimento é de grande importância na medida em que é nesta fase que a empresa avalia os antecedentes e o cumprimento dos requisitos de integridade dos clientes através da informação que é disponibilizada. Após esta

verificação e caso seja aceite neste parâmetro, a sociedade deve verificar se tem capacidade de realizar os trabalhos de que o cliente necessita para assim se poder propor aos mesmos, cumprindo com as normas éticas e deontológicas definidas pelo código.

### **1.5.2 2º Planeamento da auditoria**

Trata-se da segunda fase de auditoria e de acordo com a ISA 300 “planear uma auditoria envolve estabelecer a estratégia global para a auditoria e desenvolver um plano de auditoria”.

Inicialmente e, tendo em conta, que a natureza e extensão das atividades de planeamento variam de acordo com a dimensão e complexidade da entidade, o auditor deve conhecer bem o cliente em causa, a atividade económica em que este se insere e a legislação que lhe é aplicável.

Para além dos conhecimentos gerais do cliente devem ainda ser conhecidos dos sistemas de informação e de controlo interno. É através dos sistemas de informação que se dá o registo e processamento das transações e sem estas não seria possível toda e qualquer análise no âmbito financeiro.

No que respeita ao controlo interno, de acordo com o *FASB- Financial Accounting Standards Board*, controlo interno designa-se como sendo um conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para dar garantias de confiabilidade nas demonstrações financeiras.

### **1.5.3 3º Obtenção de prova de auditoria e realização de testes de auditoria**

Nesta fase o auditor trata de recolher prova de auditoria a fim de desenvolver um parecer relativo às demonstrações financeiras, para tal este deve realizar testes aos controlos, testes de detalhe de transações e saldos e procedimentos analíticos substantivos. Para além disso, será necessário obter confirmação escrita por partes dos advogados e outras entidades de carácter relevante. Assim como, obter a declaração do órgão de gestão.

#### **1.5.4 4º Conclusão e avaliação de auditoria**

Conforme refere Costa (2017), a quarta fase retrata um conjunto de conclusões atingidas pelo trabalho de auditoria desenvolvido. Aqui, incorpora-se a identificação dos acontecimentos subsequentes, os quais são definidos pela ISA 560 como sendo acontecimentos que ocorrem entre a data das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria ou certificação legal de contas, tal como todos os eventos de que o auditor em funções obtenha conhecimento em data posterior à emissão do relatório.

Além disto, nesta fase deve determinar-se quais os ajustamentos e as reclassificações que devem ser incluídos nas demonstrações financeiras. É importante salientar que apenas alguns ajustamentos e reclassificações detetados pelo auditor em procedimentos substantivos devem ser incluídos nas demonstrações financeiras. Contudo, para que se isto se realize torna-se primordial que os ajustes e reclassificações considerados sejam materiais, quer estes se apresentem de forma individual ou agregada e que o órgão de gestão dê consentimento para incluir nas demonstrações financeiras, senão o auditor no momento de certificação legal de contas terá de apresentar uma opinião modificada.

Um outro ponto associado à conclusão e avaliação da auditoria é a apreciação da forma como estão apresentadas as demonstrações financeiras, neste sentido o auditor tem como dever verificar se as demonstrações financeiras se encontram devidamente apresentadas.

Por último, no que respeita ao controlo de qualidade de auditoria deve relatar-se que ao longo de todo o processo de auditoria devem ter sucedido várias reuniões com o técnico supervisor da auditoria com a finalidade de que se possa fazer uma avaliação da qualidade do trabalho de auditoria realizado pelo auditor em funções. Ainda assim, realiza-se por norma uma última reunião, na qual se apresenta um memorando no qual se incluem alguns aspetos de destaque a ser considerados pelo técnico responsável pela auditoria, dado que é este que vai assinar o relatório elaborado. Após esta reunião e antes de se formalizar e apresentar o relatório de auditoria ou certificação legal de contas, dá-se uma reunião entre o auditor responsável e o órgão de gestão onde lhes é apresentado o respetivo relatório.

### **1.5.5 5º Relato de auditoria**

A última fase do processo de auditoria trata-se da emissão do relatório de auditoria tendo, como é normal, a certificação legal de contas um especial destaque, onde se pode evidenciar o parecer que o auditor emitiu relativamente às demonstrações financeiras adjacentes e onde expressa se estas refletem a posição financeira da empresa de forma verdadeira e transparente.

Para além disso, no relatório de recomendações podemos ainda observar, ou não, um conjunto de recomendações que o auditor propõe que sejam adotadas pelo órgão de gestão.

## **1.6 Princípios, Normas e Diretivas de Auditoria**

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), em Portugal, trata-se de uma entidade que é responsável por representar e regular a atividade dos revisores oficiais de contas, anteriormente designada por Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, foi constituída com a Portaria número 83/74, no dia 6 de fevereiro.

No dia 17 de maio de 1983, no decorrer de uma reunião de assembleia geral da OROC foram aprovadas pela primeira vez as Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas, pelas quais a certificação legal de contas se viria a cingir.

Assim, numa primeira fase as normas dividir-se-iam da seguinte forma:

- I. Disposições Preliminares;
- II. Normas Técnicas de Revisão Legal de Contas;
- III. Regras de Certificação Legal de Contas;
- IV. Revisão Legal de Empresas;
- V. Organização de processos e registos.

Além disso, as Normas Técnicas em causa incluíam um anexo no qual eram apresentados oito modelos de certificação legal de contas, contudo, estes vieram a sofrer alterações de base no ano de 1994 tal como indica Costa (2017).

Assim, foi em 1994, que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas decidiu elaborar as designadas Normas Técnicas de Revisão/Auditoria, normas estas que apenas foram aprovadas em 1997 no seguimento de uma reunião de assembleia geral.

Atualmente, a estrutura normativa da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas abrange:

- ✓ Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTR/A);
- ✓ Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA);
- ✓ Interpretações Técnicas (IT);
- ✓ Recomendações Técnicas (RT).

## **1.7 Ética em Auditoria**

Em filosofia, a ética trata-se de uma ciência que se debruça sobre o estudo da existência de valores morais e códigos de conduta que se encontram patentes na atuação humana.

Atualmente, no que respeita aos auditores é de especial importância que estes estejam cientes e consciencializados daquele que deve ser o seu procedimento a nível profissional garantindo a confiabilidade que lhes é conferida.

Em Portugal, o Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas foi aprovado numa assembleia geral realizada no dia 29 de setembro de 2011, entrando em vigor logo no dia 1 de janeiro de 2012. Este código prende-se com o código de Ética do IESBA, sendo composto por um preâmbulo, seis capítulos e dois anexos.

## **1.8 Controlo Interno**

Nos dias de hoje, as empresas estão inseridas num ambiente que mais não é do que um agente de mudanças, funcionando como uma regra ação-reação, nesta medida atualmente nenhuma empresa pode sobreviver ou permanecer operacional sem que tenha implementado no seu seio um sistema de controlo interno.

Este sistema, por norma é tanto mais desenvolvido quanto maior for a empresa em que está envolvido, dado que com o crescimento torna-se necessário definir controlos mais rigorosos e abrangendo mais áreas operacionais da organização.

Neste seguimento, também a ISA315 indica que a maneira como o controlo interno é concebido, implementado e mantido varia com a dimensão e complexidade de uma entidade. Assim, as pequenas entidades podem usar meios

menos estruturados e processos e procedimentos mais simples para atingir os seus objetivos.

- Componentes do controlo Interno:
  - ✓ Ambiente de controlo;
  - ✓ Processo da entidade para avaliação do risco;
  - ✓ O sistema de informação, incluindo os respetivos processos de negócio relevantes para o relato financeiro, e a comunicação;
  - ✓ Atividades de controlo;
  - ✓ Monitorização dos controlos.

Contudo, o controlo interno ainda que seja altamente desenvolvido com as especificações necessárias para a respetiva entidade apenas pode proporcionar segurança razoável sobre a consecução dos objetivos de relato financeiro. Nesta medida, a existência de controlo interno não garante a inexistência de erros, irregularidades ou até fraudes.

Além disso, existem diversos fatores que podem acentuar a existência destas situações de caráter negativo, de entre as quais se destacam:

- ✓ Desinteresse por parte do órgão de gestão no desenvolvimento do sistema de controlo interno;
- ✓ Dimensão da empresa;
- ✓ Relação custo/benefício;
- ✓ Erro humano ou fraude;
- ✓ Incapacidade de deteção de transações pouco recorrentes;
- ✓ Fragilidade dos sistemas informáticos.

## **1.9 Planeamento de Auditoria**

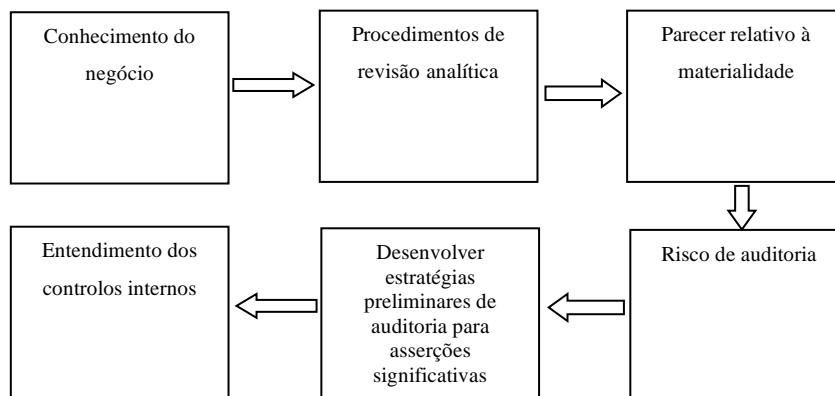
Citando a ISA 300, “planejar uma auditoria envolve estabelecer a estratégia global para a auditoria e desenvolver um plano de auditoria”.

O planeamento é uma das principais etapas do processo de auditoria pois é nesta fase que se organiza todo o processo de forma lógica de forma a programar o trabalho eficientemente.

No que se refere à natureza e extensão das atividades, a ISA referida indica que estas poderão variar de entidade para entidade dependendo da dimensão da organização em causa, da experiência do auditor proveniente de outros períodos ou quaisquer alterações que decorram do trabalho de auditoria.

A realização de um planeamento devidamente estruturado concretiza-se necessariamente através de alguns passos fundamentais, tais como:

Figura 1. Planeamento de uma Auditoria



Fonte: Elaboração própria

## A. Conhecimento do negócio

A ISA 315- “*Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and its Environment*” explica que um auditor tem como objetivo determinar quantitativamente qual é o risco de distorção material seja por fraude ou erro. Nesse sentido, e de acordo com a ISA, o auditor deve conhecer consideravelmente bem a entidade, o seu negócio e o meio envolvente.

O conhecimento da entidade permite que no decorrer de uma auditoria e do trabalho associado à mesma seja mais fácil conceber determinados acontecimentos, o que não seria tão fácil caso não houvesse uma noção de como funciona a empresa e o seu meio.

## **B. Procedimentos de Revisão Analítica**

A ISA número 520 aborda os “Procedimentos Analíticos” que devem ser efetuados aquando do início de uma auditoria de forma a tentar identificar quais os riscos existentes e qual a sua dimensão, riscos estes que o auditor pode não estar previamente consciente e que podem levar o mesmo a definir se terá de realizar mais testes ou não.

Os procedimentos analíticos são, de uma forma simplificada, uma análise que o auditor deve fazer, que tem por base a comparação de dados financeiros e não financeiros, o que permite identificar variações entre períodos que estejam fora daquilo que era expectável.

Além disso, os procedimentos analíticos também incluem comparações com elementos exteriores à empresa, ou seja, analisar os valores a auditar e comparar com o desempenho e situação atual do setor em que se insere, daí ser determinante o conhecimento substancial do negócio e meio envolvente.

## **C. Parecer relativo à Materialidade**

Segundo a ISA 320 “Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria” compete aos auditores utilizar o conceito de materialidade ao longo do processo de auditoria.

No que respeita aos dados das rubricas podemos considerar uma dada informação como material quando esta puder influenciar aquela que é a apreciação feita pelos utilizadores dos relatórios de contas e demais elementos.

A ISA 320 refere ainda que a materialidade de execução se trata da “quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores à materialidade para as demonstrações financeiras como um todo, com vista a reduzir para um nível apropriadamente baixo a probabilidade de as distorções agregadas incorretas ou não detetadas excederem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. Se aplicável, a materialidade de execução também se refere à quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor inferiores ao nível ou níveis de materialidade para classes particulares de transações, saldos de contas ou divulgações”.

No que respeita a uma vertente mais prática, o auditor no seu dia a dia deverá contrabalançar o valor da materialidade com aquilo que é o risco de uma auditoria para uma determinada entidade. Assim, embora existam fórmulas para determinar o risco de auditoria, tal como irei abordar de seguida, a determinação da materialidade é um aspeto de julgamento profissional.

#### **D. Risco de Auditoria**

O risco de auditoria está presente em toda e qualquer auditoria independentemente de quaisquer controlos que existam, este risco deve-se ao facto de o auditor no seu trabalho se basear em amostras e ao facto de poderem existir erros, distorções ou inconformidades que não tenham sido detetados.

O risco de auditoria pode e deve ser calculado e nesse sentido existe uma fórmula, abaixo descrita, que conjuga os três tipos de risco existentes que são: risco de controlo, risco de deteção e risco inerente.

$$RA=RC \times RD \times RI$$

#### **E. Entendimento dos Controlos Internos**

O sistema de controlo interno é uma ferramenta que visa permitir uma condução ordenada e eficiente de um determinado negócio e uma base de apoio ao sistema contabilístico, nesse sentido é muito importante que o auditor o conheça e compreenda.

Segundo Gomes (2014) “a avaliação do Sistema de Controlo Interno servirá de base para o auditor determinar o grau de confiança que nele possa depositar e, a partir daí, fixar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados”.

## 1.10 Prova de Auditoria

Numa auditoria é normal que suceda a inexistência de todas as informações necessárias para o auditor logo numa fase inicial, portanto o que se verifica é a obtenção de documentação e informação ao longo do tempo até à emissão do relatório de auditoria e certificação legal de contas.

O trabalho de auditoria não é sequer imaginável que seja possível ser feito sem que as informações obtidas sejam de outra forma que não a descrita, dado que caso isto ocorresse passaria a não existir prova de auditoria.

A prova de auditoria, de acordo com a ISA 500, é proveniente da realização de procedimentos de avaliação do risco, testes aos controlos, procedimentos substantivos e procedimentos analíticos substantivos.

Esta deve ser suficiente, munindo o auditor da prova de auditoria necessária para o trabalho a elaborar e, por outro lado, apropriada de tal modo que seja uma prova que apresente qualidade em termos de relevância e credibilidade servindo de base para as asserções associadas às transações do período.

## 1.11 Relatório de Auditoria

O relatório de auditoria, que como já foi referido, constitui a última etapa do processo. É aqui que o auditor transmite o seu parecer final ao órgão de gestão e demais pessoas interessadas relativo às demonstrações financeiras.

Com isto, é importante referir que o primeiro responsável pelas demonstrações financeiras não é o auditor ou revisor oficial de contas, mas sim o órgão de gestão, pois é este que desenvolve e apresenta as demonstrações financeiras que vão servir de base para o relatório de auditoria.

Na emissão do relatório, o auditor pode apresentar mais do que um tipo de opinião, assim, esta pode ser:

### ➤ **Não modificada**

Neste caso, o auditor conclui que as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável e obteve garantia razoável de que as

demonstrações como um todo estão isentas de distorções por motivos de fraude ou erro.

➤ **Modificada**

Quando a opinião é modificada, significa que o auditor conclui que as demonstrações como um todo não estão isentas de distorções, ou por outro lado quando não consegue obter prova de auditoria suficiente para determinar que as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material.

Assim, e de acordo com a ISA 705, esta opinião dará origem a uma opinião com reservas, uma opinião adversa ou uma escusa de opinião de acordo com a matéria e a profundidade da mesma sobre as demonstrações financeiras.

## 1.12 Perguntas de Investigação

1. O julgamento profissional do auditor pode desvirtuar a realidade económica das demonstrações financeiras? (Costa, 2010)

2. A empresa dispõe de um controlo interno e caso disponha o mesmo é adequado? (ISA 315)

3. A avaliação do risco por parte do auditor foi devidamente efetuada? (ISA 315)

4. O parecer emitido pelo auditor normalmente deve transcrever de forma objetiva se as demonstrações financeiras são fidedignas e transparentes? (Costa, 2010)

5. A independência do auditor é fundamental para assegurar a qualidade do seu trabalho? (ISO 19011)

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA**

---

## 2.1 Metodologia

A metodologia representa uma fase importante de um trabalho, considerando, no entanto, que o trabalho que presenciamos se trata de um relatório de estágio. Assim, após a revisão de literatura pretendo abordar de que forma o que foi dito se traduz a nível prático.

No que se refere aos métodos de investigação, estes podem ser quantitativos, qualitativos ou métodos de investigação mistos. O primeiro método referido procura proporcionar uma base de segurança e confiabilidade no que está a ser estudado tendo por base a quantificação de valores para deste modo servirem de base a análises.

Por outro lado, o método qualitativo procura retirar uma conclusão dos problemas tentando perceber o que está na sua base e estudando os valores que vão sendo registados. Ou seja, este é um método através do qual se podem desenvolver análises através do histórico e comportamento.

Figura 2. Planeamento de uma auditoria

<i>Ponto de Comparação</i>	<i>Pesquisa Qualitativa</i>	<i>Pesquisa Quantitativa</i>
<i>Foco da pesquisa</i>	Qualidade (natureza e essência)	Quantidade (quantos, quanto)
<i>Raízes filosóficas</i>	Fenomenologia, interação simbólica	Positivismo, empirismo, lógico
<i>Frases associadas</i>	Trabalho de campo, etnografia, naturalismo, subjetivismo	Experimental, empírico, estatístico
<i>Metas de investigação</i>	Compreensão, descrição, descoberta, generalização, hipótese	Previsão, controle, descrição, confirmação, teste de hipótese
<i>Ambiente</i>	Natural, familiar	Artificial, não natural
<i>Amostra</i>	Pequena, não representativa	Grande, ampla
<i>Recolha de dados</i>	Pesquisador como principal instrumento (entrevista, observação)	Instrumentos manipulados (escala, teste, questionário, etc)
<i>Modo de análise</i>	Indutivo (pelo pesquisador)	Dedutivo (pelo método estatístico)

Fonte: Provdanov & Freitas (2013)

Por último, o método de investigação misto é uma coexistência de ambos os métodos quantitativos e qualitativos.

## 2.2 Conceção do problema

O presente relatório visa averiguar se o auditor, no âmbito do seu trabalho, é capaz de determinar/quantificar o risco de deteção associado à auditoria e por outro lado assegurar segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de erros/inconformidades e distorções materialmente relevantes.

## 2.3 Investigação qualitativa

A investigação qualitativa é pautada por um diverso conjunto de instrumentos e metodologias que permitem que seja possível estudar e compreender os alicerces de um determinado assunto e deste modo retirar conclusões.

Assim, este relatório será fundamentado tendo por base uma investigação qualitativa e todas as complementaridades que lhe estão associadas, de entre as quais se destaca numa forma prática o trabalho de campo do auditor no qual se denota a análise documental, análise observacional e comunicacional.

## 2.4 Construção das Asserções

A elaboração do relatório, mais concretamente a revisão da literatura, conjugado com os conhecimentos outrora obtidos permitiu que se chegasse às respetivas asserções para as perguntas de investigação acima referidas:

### Perguntas de investigação

### Asserções

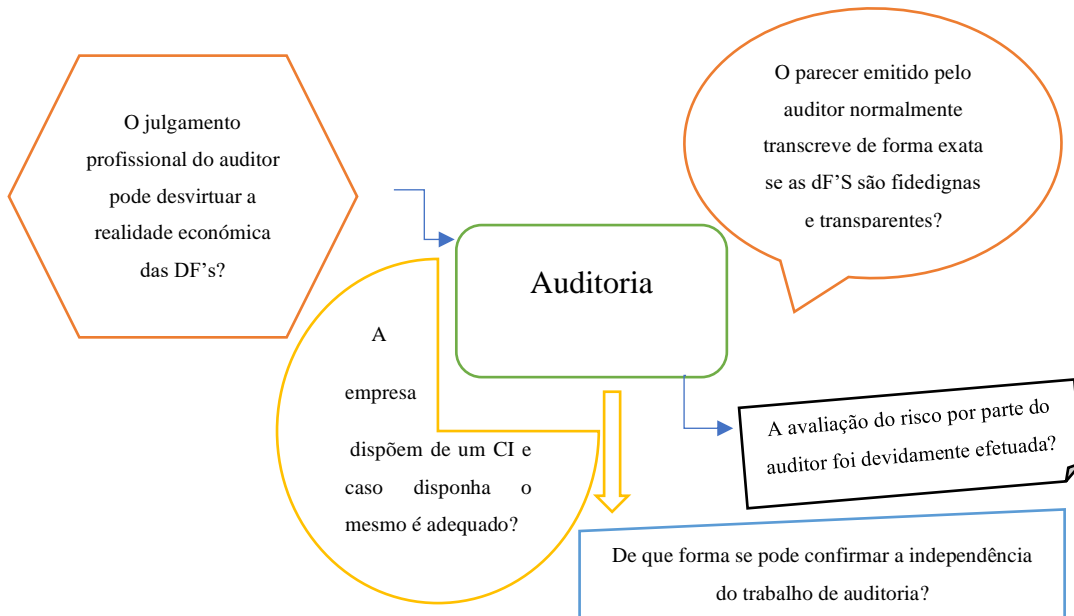
*Tabela 1. Perguntas de investigação e asserções*

1- O julgamento profissional do auditor pode desvirtuar a realidade económica das demonstrações financeiras? (Costa, 2010) 4- O parecer emitido pelo auditor normalmente deve transcrever de forma exata se as demonstrações financeiras são fidedignas e transparentes? (Costa,2010) 5- A independência do auditor é fundamental para assegurar a qualidade do seu trabalho? (ISO 19011)	A1- O trabalho de auditoria deve ser independente.
2- A empresa dispõe de um controlo interno e caso disponha o mesmo é adequado? (ISA 315) 3- A avaliação do risco por parte do auditor foi devidamente efetuada? (ISA 315)	A2- Um bom controlo interno é a base de um sólido trabalho de auditoria.

## 2.5 Modelo de análise

O modelo de análise retrata um conjunto de hipóteses levantadas, por norma interligadas em torno de um determinado tema e a subsequente elucidação relativa às questões de investigação. Segundo “Quivy & Campenhout” uma hipótese pode ser testada desde que o trabalho desenvolvido permita analisar se esta é verdadeira ou falsa.

Figura 4. Perguntas de investigação



Fonte: Elaboração própria

As asserções definidas no capítulo anterior compreenderam as perguntas de investigação que estão na figura 3 e dado que são compostas apenas por duas asserções A1 e A2 poder-se-á dizer que este modelo de análise será confirmado através de uma ponderação de 50%.

## **CAPÍTULO III – ENTIDADE ACOLHEDORA**

---

### 3.1 Entidade Acolhedora

A sociedade de revisores oficiais de contas “Anjos e Associados-SROC, Lda.” está inscrita na lista de sociedades de revisores oficiais de contas sob o número 112 e no registo de auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o número 20161431.

Esta sociedade presta um variado leque de serviços de entre os quais se destacam a revisão legal de contas, na qual no âmbito das funções a desempenhar se propõem a integrar os Conselhos Fiscais afim de exercer funções de fiscal único em empresas privadas dos mais diversos setores de atividade assim como em entidades públicas como é o caso dos municípios e empresas de capitais públicos.

Além disso, e na qualidade de auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários é a todos os níveis capaz de executar as funções previstas no Código dos Valores Mobiliários, no que se refere a entidades cotadas na bolsa. Ainda nesta categoria presta regularmente serviços contratuais para a realização de auditorias de conformidade, revisões limitadas entre outros serviços de análise e tratamento de informação de natureza financeira.

Por último, no âmbito da consultoria fiscal possuem colaboradores que são altamente conhecedores do sistema fiscal português, sendo deste modo capazes de dar seguimento a todo e qualquer esclarecimento em matéria de impostos.

A “Anjos e Associados” pode ser vista como uma empresa de média dimensão, dado que possui uma vasta carteira de clientes nas zonas em que se encontram presentes, sendo elas: Porto, Paredes e Santa Maria da Feira.

*Figura 5. Logótipo da Entidade Acolhedora*



Figura 6 – Logótipo da sociedade “Anjos & Associados – SROC, Lda”

Fonte: Website oficial - <http://www.anjos.com.pt/AAFB/>

### 3.2 Software

A empresa utiliza um software de auditoria bastante desenvolvido, designado por ASD Auditor ou apenas ASD.

### 3.3 Estrutura organizacional software

Ao longo do estágio tive a oportunidade de realizar um vasto leque de atividades diferenciadas, tendo em conta que se iniciou em outubro e teve término no mês de julho foi possível acompanhar o decorrer de todo o trabalho.

Ao nível estrutural em termos de organização a “Anjos & Associados-SROC, Lda.” dispõe da informação dos seus clientes da seguinte forma:

**Dossier Permanente-** Aqui é arquivada documentação relevante tal como o contrato de prestação de serviços, carta de aceitação de funções do ROC efetivo e ROC suplente, carta de compromisso de auditoria, certidão permanente, atas, contratos de financiamento, estatutos, dados de atividade, entre muitos outros documentos relacionados com a empresa.

**Arquivo Corrente-** Onde se insere todas as rubricas auditadas e material de suporte, análises financeiras, safts, balancetes, entre outros.

Para efeitos de planeamento a entidade em causa dispõe de um documento Excel designado como “Programa de Trabalho”, o qual é o ponto de partida para a elaboração do trabalho de auditoria. Este documento é composto por um vasto conjunto de pontos que indicam de uma forma lógica e sequencial, quais as tarefas que devem ser realizadas pela pessoa responsável da respetiva empresa.

## **CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

---

## **4.1 Integração**

Ao longo dos primeiros dias na empresa foi-me apresentado um conjunto de elementos, de entre os quais se pode destacar o manual de controlo interno, programa de trabalho e índice dinâmico.

Ressalva-se a importância destes documentos na medida em que são eles que explicam quais são as atividades que se devem desenvolver para uma determinada entidade tendo em conta a materialidade ajustada às rubricas e dado que abordam de que forma é possível ir de acordo com a ética e deontologia profissional ao longo de todo o processo de auditoria.

## **4.2 Atualização do Dossier Permanente**

No decorrer do meu estágio uma das minhas tarefas era a análise e atualização do dossier permanente, neste sentido tinha de averiguar cada um dos separadores e verificar se existe documentação mais atualizada. Alguns dos itens mais frequentes são as ATAS, certidão permanente, modelo 22, Clc's, RCBE, entre outros.

## ÍNDICE DO ARQUIVO PERMANENTE

<input type="checkbox"/>	AP - ARQUIVO PERMANENTE
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)01 - DADOS GERAIS DO CLIENTE
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)01.01 - DADOS DO CLIENTE
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)01.02 - DADOS HISTÓRICOS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)01.03 - ACTIVIDADES PRINCIPAIS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)01.04 - RELAÇÕES COM ESTADO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)01.05 - CONHECIMENTO DO CLIENTE, NEGÓCIO E SETOR
<input type="checkbox"/>	AP)02 - AUDITORIA/INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)02.01 - CONTRATO DE AUDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)02.02 - RELATÓRIOS DE AUDITORIA/ CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)02.03 - NOMEAÇÃO DE AUDITORES
<input type="checkbox"/>	AP)02.04 - PLANO DE CONTAS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)02.05 - CONTAS ANUAIS
<input type="checkbox"/>	AP)02.06 - DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO
<input type="checkbox"/>	AP)02.07 - NORMAS CONTAB. APLICÁVEL
<input type="checkbox"/>	AP)03 - DOCUMENTOS LEGAIS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)03.01 - ESCRITURA/ATA DE CONSTITUIÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)03.02 - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
<input type="checkbox"/>	AP)03.03 - ESCRITURAS DE TOMADA DE POSSE
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)03.04 - ESCRITURAS DE MODIFICAÇÕES DE CAPITAL
<input type="checkbox"/>	AP)03.05 - ESCRITURAS DE MODIFICAÇÃO DE ESTATUTOS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)03.06 - ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)03.07 - COMPOSIÇÃO ACIONISTAS
<input type="checkbox"/>	AP)03.08 - REGISTO DE ACÇÕES
<input type="checkbox"/>	AP)03.09 - ACTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)03.10 - CERTIDÕES/NOTAS DO REGISTO COMERCIAL
<input type="checkbox"/>	AP)03.11 - CERTIDÕES DO REGISTO DE PROPRIEDADE/ CONSERVATÓRIA REGISTO PREDIAL
<input type="checkbox"/>	AP)03.12 - ASSUNTOS JURÍDICOS IMPORTANTES
<input type="checkbox"/>	AP)03.13 - LITÍGIOS E SANÇÕES
<input type="checkbox"/>	AP)03.14 - MARCAS E PATENTES
<input type="checkbox"/>	AP)03.15 - OUTROS
<input type="checkbox"/>	AP)04 - ORGANIZAÇÃO/ORGANIGRAMAS/FLUXOGRAMAS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)04.01 - ORGANIGRAMA DA EMPRESA. ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)04.02 - MANUAL DE CONTROLO DE QUALIDADE
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)04.03 - MANUAL DE CONTROLO INTERNO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)05.01 - CONTRATOS COMPRA DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
<input type="checkbox"/>	AP)05.02 - ENCARGOS E HIPOTECAS SOBRE O IMOBILIZADO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)05.03 - CONTRATOS ARRENDAMENTO
<input type="checkbox"/>	AP)05.04 - SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

## ÍNDICE DO ARQUIVO PERMANENTE

<input type="checkbox"/>	AP)05.05 - LEASING: CONTRATOS E EVOLUÇÃO DO ARRENDAMENTO FINANCEIRO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)05.06 - APÓLICES DE SEGUROS
<input type="checkbox"/>	AP)05.07 - CONCESSÕES
<input type="checkbox"/>	AP)05.08 - PROJETOS DE INVESTIMENTOS
<input type="checkbox"/>	AP)05.09 - EMPRESA PARTICIPADAS OU PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS
<input type="checkbox"/>	AP)06 - CAPITAL
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)06.01 - EVOLUÇÃO CAPITAL
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)06.02 - PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES
<input type="checkbox"/>	AP)07 - FINANCIAMENTOS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)07.01 - ASSINATURAS AUTORIZADAS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)07.02 - RELAÇÃO DE BANCOS
<input type="checkbox"/>	AP)07.03 - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS A LONGO PRAZO
<input type="checkbox"/>	AP)07.04 - CONTRATOS PARA DESCONTO DE TÍTULOS (LETRAS, ETC...)
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)07.05 - AVALES E GARANTIAS
<input type="checkbox"/>	AP)08 - PESSOAL
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)08.01 - PESSOAL, ACORDO COLETIVO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)08.02 - RELATÓRIO ÚNICO
<input type="checkbox"/>	AP)09 - FISCAL
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)09.01 - BENEFÍCIOS FISCAIS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)09.02 - DECLARAÇÃO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)09.03 - DECLARAÇÕES DE I.E.S. DOS ÚLTIMOS ANOS
<input type="checkbox"/>	AP)09.04 - DECLARAÇÕES DE OUTROS IMPOSTOS
<input checked="" type="checkbox"/>	AP)10 - CORRESPONDÊNCIA COM A SOCIEDADE
<input type="checkbox"/>	AP)11 - ITENS PENDENTES

Figura 3. Índice do arquivo permanente

### 4.2.1 AP) 01.01-Dados do Cliente

O documento Excel relativo aos dados do cliente é composto por um conjunto significativo de informação relativo à empresa. Assim, em primeiro lugar é indicada a denominação jurídica, número de identificação fiscal, sede ou código de atividade empresarial.

Além disso, numa fase posterior é indicada a composição acionista e distribuição de capital, os administradores e órgão de fiscalização.

Por último, existe informação, ainda que seja de forma reduzida, relativa ao desempenho financeiro da empresa através de alguns indicadores como a autonomia financeira ou endividamento.





































### **4.3 Arquivo Corrente**

O arquivo corrente é constituído por um diverso conjunto de rubricas tal como se pode ver na imagem retratada a seguir, estas rubricas incorporam um vasto leque de informações associadas à respetiva área como por exemplo os movimentos contabilísticos, documentos suporte associados aos movimentos, amostra documental, comentários do revisor, entre outros.





































Os ramos da árvore do arquivo corrente são personalizáveis. Isto é, há uma série de papéis de trabalho que se podem incluir, não sendo, portanto, uma estrutura fixa.

Importa referir que, por opção da entidade acolhedora no que respeita à sua forma de trabalho, o ASD Auditor possui uma ligação direta a cada uma destas rubricas, contudo estas rubricas não possuem uma ligação ao ASD Auditor, ou seja, no momento em que qualquer documento seja inserido, eliminado, alterado por via do sistema este irá alterar a sua forma no arquivo corrente, mas se o mesmo for feito dentro do arquivo, então não irá suceder nenhuma alteração dentro do sistema.





































Figura 4. Índice do arquivo corrente

<b>ARQUIVO CORRENTE</b>		Acabado?	Rev.?
	<b>AC ARQUIVO CORRENTE</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A Ativo</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A1 Ativo não corrente</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A1A Ativos fixos tangíveis</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1A.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1A.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1A.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1A.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A1D Ativos intangíveis</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1D.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1D.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1D.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1D.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A1G Outros investimentos financeiros</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1G.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1G.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1G.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1G.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A1I Créditos a receber</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1I.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1I.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1I.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A1I.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A2 Ativo corrente</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A2A Inventários</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2A.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2A.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2A.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2A.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A2C Clientes</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2C.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2C.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2C.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2C.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	AC)A2C.05 Circularização clientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	<b>AC)A2F Capital subscrito e não realizado</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>





































## ARQUIVO CORRENTE

	Acabado?	Rev.7
 AC)A2F.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2F.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2F.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2F.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2F.05 Circularização acionistas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)A2G Outros créditos a receber</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2G.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2G.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2G.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2G.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)A2H Diferimentos</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2H.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2H.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2H.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2H.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)A2L Caixa e depósitos bancários</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2L.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2L.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2L.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)A2L.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P Capital Próprio e Passivo</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P1 Capital próprio</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P1A Capital subscrito</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1A.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1A.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1A.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1A.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P1E Reservas legais</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1E.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1E.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1E.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1E.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P1F Outras reservas</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1F.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1F.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1F.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>











## ARQUIVO CORRENTE

	Acabado?	Rev.?
 AC)P1F.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P1J Ajustamentos / outras variações no capital próprio</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1J.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1J.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1J.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1J.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P1K Resultado líquido do período</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1K.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1K.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1K.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P1K.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P3 Passivo corrente</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P3A Fornecedores</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3A.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3A.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3A.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3A.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3A.05 Circularização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P3B Adiantamentos de clientes</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3B.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3B.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3B.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3B.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P3C Estado e outros entes públicos</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3C.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3C.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3C.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3C.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P3E Financiamentos obtidos</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3E.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3E.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3E.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3E.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)P3F Outras dívidas a pagar</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3F.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3F.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## ARQUIVO CORRENTE

	Acabado?	Rev.?
 AC)P3F.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3F.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)P3F.05 Circularização outros credores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)R Resultados</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RA Vendas e serviços prestados</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RA.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RA.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RA.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RA.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RA.05 Amostra aleatória vendas 11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RD Variação nos inventários da produção</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RD.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RD.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RD.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RD.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RF Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RF.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RF.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RF.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RF.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RF.05 Amostra aleatória 11 compras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RG Fornecimentos e serviços externos</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RG.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RG.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RG.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RG.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RH Gastos com o pessoal</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RH.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RH.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RH.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RH.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RN Outros rendimentos</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RN.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RN.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RN.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RN.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## ARQUIVO CORRENTE

	Acabado?	Rev.?
 <b>AC)RO Outros gastos</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RO.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RO.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RO.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RO.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 <b>AC)RS Juros e gastos similares suportados</b>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RS.01 Programa de Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RS.02 Rúbrica da Área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RS.03 Detalhe da Área (Registos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
 AC)RS.04 Ajustamentos e Reclassificações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### 4.3.1 Papéis de Trabalho

Os papéis de trabalho estão presentes dentro e fora do ASD, no entanto no ASD é possível encontrar mais facilmente todas as informações e de uma forma bastante mais detalhada, como tal este é o método mais utilizado.

### 4.3.2 Análise Económico Financeira (AEF)

A sociedade desenvolveu um mapa de análise económico financeira através do qual o utilizador consegue obter informações do ano a analisar, designado por N, e dos 3 anos anteriores (N-1, N-2 e N-3) respetivamente.

A AEF é realizada num documento Excel, o qual é composto por vários separadores, sendo que existe um separador para cada mês do ano corrente, e um para o final de cada ano anterior (N-1, N-2 e N-3) nos quais se inserem os respetivos balancetes.

Além disso, existem ainda alguns separadores nos quais as informações necessárias para os comparativos e cálculos de indicadores, são obtidos diretamente a partir dos balancetes inseridos anteriormente. Isto permite ao auditor analisar uma multiplicidade de rubricas e as suas variações em comparação com períodos homólogos.

Após realizar todos os procedimentos, podemos classificar cada uma das rubricas tendo por base a materialidade obtida no ASD, neste sentido, por norma, caso seja um valor superior à materialidade definimos como sendo crítico ou relevante, por outro lado se for inferior designamos como pouco relevante ou imaterial.

### **4.3.3 Estado e Outros Entes Públicos**

Esta rubrica tem como principal objetivo verificar como se encontra a situação fiscal da empresa, neste sentido, realiza-se uma comparação entre os valores presentes na contabilidade e as declarações fiscais da Segurança Social e Autoridade Tributária.

Além disso, no que respeita aos documentos necessários para realizar as análises é importante ter o dossier fiscal devidamente guardado, atualizado e organizado.

### **4.4.4 Financiamentos Obtidos**

No que respeita aos financiamentos obtidos, o principal objetivo é comparar o valor inscrito no balancete e verificar se este coincide com o valor que se encontra no mapa das responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, o qual indica todas as responsabilidades que o cliente em causa tem.

### **4.4.5 Caixa e Depósitos Bancários**

Nesta etapa temos como função confirmar se os valores que constam do balancete na conta de depósitos à ordem e depósitos a prazo coincidem com os valores que constam dos extratos bancários que nos são fornecidos pelo cliente.

Após realizar esta tarefa procura-se realizar uma circularização que serve como uma garantia adicional. A “Anjos & Associados- SROC, Lda.” decidiu realizar pela primeira vez as circularizações através de uma plataforma designada por *ASD Confirmation*.

### **4.4.6 Vendas, Prestação de serviços e Dívidas a receber**

A rubrica A2C (Clientes) exige que se realize uma análise global a diversos elementos, tal como, verificar se os réditos das vendas e serviços prestados dizem respeito à entidade e ao respetivo período.

Além disso, no que se refere a descontos, abatimentos ou devoluções foram devidamente mensurados e contabilizados.

Ademais, um dos trabalhos mais relevantes é comparar os valores que se encontram no e-fatura com os valores que estão na contabilidade e ver se existem diferenças e a que é que as mesmas dizem respeito.

Por último, no que respeita à confirmação externa de saldos ou circularização de saldos, é um procedimento de auditoria que tem como finalidade confirmar os saldos de dívidas a pagar, dívidas a receber e depósitos bancários. A SROC na realização deste processo tem de seleccionar uma amostra que seja representativa quer para os clientes quer para os fornecedores, contudo existem casos que têm de ser circularizados na íntegra, de entre os quais se destacam os bancos, os advogados, as empresas de seguros, as empresas do grupo e os seus acionistas.

#### **4.4.8 Inventários**

Os inventários são de uma forma geral uma área crítica, não só pelo facto de representar um valor que é por norma bastante elevado dentro do balanço, mas também na medida em que aí podem residir diversos erros, riscos ou distorções.

Assim, de forma a obter o valor exato dos inventários podem ser executados alguns procedimentos, de entre os quais se destacam as contagens físicas, identificação de inventário de terceiros e inventário da empresa em mãos de outrem.

As contagens físicas são o procedimento mais importante nesta avaliação, nesse sentido ao longo do estágio tive a possibilidade de assistir a algumas contagens físicas do inventário. Neste seguimento uma das tarefas que me foi atribuída diz respeito à verificação e anotação da existência dos produtos, tal como se os produtos em causa estão em condições minimamente adequadas para o uso ou venda tendo em conta a função que vão desempenhar.

Além disso, após estarem realizadas as verificações do inventário e as mesmas estarem devidamente transcritas no respetivo documento, convém que se realize um confronto com os valores que foram indicados pela empresa e analisar se tudo se encontra em conformidade ou se por outro lado existem distorções.

## **Confronto dos Mapas de depreciação com a Contabilidade**

Este mapa verifica se a informação que consta nos mapas de depreciação é compatível com os valores das contas do balancete, mais concretamente na conta “438- Depreciações Acumuladas” e na conta “64- Gastos de depreciação e de amortização”.

Os mapas de depreciação incorporam informações importantes que devem ser analisadas, como por exemplo início de utilização, valor de aquisição, valores de depreciações acumuladas, depreciação do exercício, taxa em vigor e taxa do decreto-lei.

## **CAPÍTULO V – CONCLUSÃO**

---

Numa vertente teórica, a elaboração do presente relatório, permitiu perceber a importância da Auditoria Financeira e como se desenrola o trabalho de auditoria em pleno exercício de funções até à emissão da Certificação Legal de Contas.

A auditoria tem como principal função assegurar aos utilizadores das demonstrações financeiras que estas são credíveis e se estão preparadas em todos os aspetos materiais, de acordo com o relato financeiro aplicável.

Nesse sentido, os Revisores Oficiais de Contas são profissionais independentes responsáveis pelo processo de auditoria, cujo primordial objetivo consiste na emissão de uma opinião, sendo como tal necessário que o revisor tenha uma boa base de segurança relativamente à informação financeira.

Numa vertente prática, no que respeita ao estágio, este revelou ser muito útil na medida em que me permitiu aprofundar, através de uma vertente prática, uma série de matérias que já haviam sido lecionadas ao longo do primeiro ano no mestrado de Auditoria.

Além disso, o estágio permitiu perceber que o trabalho desenvolvido abarca um diverso conjunto de áreas, tais como contabilidade, fiscalidade ou direito, aliado ao facto de se trabalhar com empresas de todos os setores cada uma com o normativo contabilístico aplicável.

Assim, o trabalho em equipa revela-se muito importante no seio das sociedades pois só assim é possível ultrapassar as adversidades de uma maneira proveitosa e aprender com elas. Ademais, também é importante ter uma relação cordial com os colaboradores das empresas que auditamos, na medida em que mais tarde facilitará as nossas funções.

Por último, a realização deste estágio permitiu-me responder às perguntas de investigação elaboradas, as quais deram origem a 2 asserções. O modelo de análise foi confirmado em mais de 50%, dado que ao longo do estágio não foi possível confirmar o que diz respeito à pergunta número 3, que questiona se “A avaliação do risco por parte do auditor foi devidamente efetuada?”.

O meu estágio na sociedade “Anjos & Associados, SROC, Lda.” iniciou-se em setembro de 2021, pelo que pude observar de perto todo o trabalho de auditoria realizado, o que foi bastante produtivo porque me permitiu entender como se processa.

Em suma, se já tinha algum grau de certeza relativamente a esta área, o estágio permitiu-me reforçar esta decisão de que é nesta área que pretendo desenvolver a minha carreira profissional enquanto auditor.

### **Limitações no Estudo**

O relatório tem como principal limitação o facto de a sua elaboração ser baseado no estágio curricular. Assim, as conclusões retiradas do trabalho dizem apenas respeito à entidade acolhedora e não podem ser extrapoladas.

### **Pistas para Investigação Futura**

Como sugestão para investigações futuras seria interessante comparar relatórios de estágio de sociedades diferentes com a finalidade de detetar onde incidem as rubricas mais relevantes, assim como, quais as principais diferenças entre os mesmos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

Abrantes, Susana Maria de Jesus Gomes. “Novo Normativo de Auditoria”, revista “Revisores e Auditores”.

Almeida, Bruno José Machado (2017). “Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco”, 2ª Edição, Escolar Editora.

António Anjos, F. Brandão & Associados. Consultado em 26 de junho de 2022:

<http://www.anjos.com.pt/AAFB/servicos>

ASD (2022). Software de Auditoria e Análise Financeira. Consultado em 22 de junho de 2022: <https://www.asdaudit.pt/auditor/>

Costa, Carlos Baptista (2017). Auditoria Financeira- Teoria & Prática, 11ª Edição, Lisboa, Rei dos Livros.

Decreto-Lei nº1/72, de 3 de janeiro. Diário do Governo n.º1/1972, Série I de 1972-01-03. Ministro da Justiça- Gabinete do Ministro.

Decreto-Lei nº49/381, 15 de novembro de 1969. Diário do Governo, 1ª Série Nº268. Ministério da Justiça. Lisboa.

Decreto-Lei nº648/70, 28 de dezembro. Diário do Governo, 1ª Série Nº298. Ministério da Justiça. Lisboa.

IFAC (2018). Guia de Aplicação das ISA- Conceitos Fundamentais e Orientação Prática.

ISA 200- *Overall Objectives of the Independent Auditor and the conduct of an Audit in Accordance with International Standards on Auditing* (Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Realização de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 210- *Agreeing the terms of Audit Engagements* (Acordar os Termos dos Trabalhos de Auditoria). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 300- *Planning an Audit of Financial Statements* (Planear uma Auditoria de Demonstrações Financeiras). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 315- *Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement through Understanding the Entity and its Environment* (Identificar e Avaliar os Riscos de

Distorção Material através do Conhecimento da Entidade e do seu Meio Ambiente).  
Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 320- *Materiality in Planning and Performing na Audit* (A Materialidade no Planeamento e na Execução de uma Auditoria). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 500- *Audit Evidence* (Prova de Auditoria). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 550- *Related Parties* (Partes Relacionadas). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 560- *Subsequent Events* (Acontecimentos Subsequentes). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 570- *Going Concern* (Continuidade). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 701- *Coummunicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report* (Comunicar Matérias Relevantes de Auditoria no Relatório do Auditor Independente). Manual do Revisor Oficial de Contas.

Quivy, Raymond & Campenhoudt, LucVan (2005). “Manuel de Investigação em Ciências Sociais”. Lisboa, Gradiva.

Tribunal de Contas (2016). Manual de Auditoria- Princípios Fundamentais. Lisboa.

## ANEXOS

---

## **Anexo I- Certificação Legal de Contas**

### **Introdução**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de XXXX (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de XXXX (que evidencia um total de XXXX euros e um total de capital próprio de XXXX euros, incluindo um resultado líquido de XXXX euros), a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

### **Responsabilidades**

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as “Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística”; (alterar conforme referencial contabilístico aplicável)

Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Âmbito**

O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **Reservas**

(Descrição das reservas).

## **Opinião**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos e/ou possíveis efeitos da(s) matéria(s) referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

## **Ênfases**

(Descrição das ênfases)

(Data)

(Assinatura)

(Nome)

## Anexo II- Declaração aceitação

### Declaração de aceitação do cargo de Fiscal Único Efetivo

A Entidade XXXX, inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas sob o número XPTO, com o número de registo na CMVM XXXXXXXX, registada na Conservatória do Registo Comercial, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva XXX.XXX.XXX, com sede no ..., e a representação orgânica do sócio ... , inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº XXXX, com o número de registo na CMVM XXXXXXXX, casado com ..., sob o regime de ..., natural da freguesia ..., concelho de ..., residente em ..., com domicílio profissional em ..., titular do cartão de cidadão nº XXXXXXXX Y XXX, válido até ..., contribuinte fiscal número XXX YYY XXX, declara para os efeitos previstos no *n.º 4 do artigo 50º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas)*, que dá o seu expresso consentimento para o exercício das funções de Fiscal Único Efetivo na sociedade "????????????????", com o número de identificação de pessoa coletiva ????.???.

Esta aceitação reporta-se ao período compreendido entre ???? e ????.

Porto, ?? de???? de????

---

## **Anexo III- Carta de Compromisso**

Porto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Ao órgão de gestão da Sociedade:

\_\_\_\_\_

### **Objetivo e âmbito da auditoria**

Solicitaram-nos que auditássemos as demonstrações financeiras da Sociedade \_\_\_\_\_, que compreendem o balanço e a demonstração dos resultados relativos ao **exercício de \_\_\_\_**, bem como a informação adicional aos respetivos balanços. Temos o prazer de confirmar pela presente a nossa aceitação e o nosso entendimento deste trabalho de auditoria.

Os objetivos da nossa auditoria são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Segurança razoável é um grau de segurança elevado, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) detetará sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individual ou agregadamente, puderem com razoabilidade influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor**

Executaremos a nossa auditoria de acordo com as ISA as quais exigem que cumpramos requisitos éticos. Como parte da auditoria de acordo com as ISA, faremos julgamentos profissionais e manteremos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Adicionalmente:

- Identificaremos e analisaremos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, conceberemos e executaremos procedimentos de resposta aos riscos identificados, e obteremos prova que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não

detetarmos uma distorção material resultante de fraude é maior do que a que resulta de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou derrogação de controlos internos.

- Obteremos conhecimento do controlo interno relevante para a auditoria a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Porém, comunicar-vos-emos por escrito quaisquer deficiências significativas de controlo interno relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras que tenhamos identificado durante a mesma.
- Avaliaremos a adequação dos princípios contabilísticos usados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações efetuadas pelo órgão de gestão.
- Avaliaremos a apropriação do uso pelo órgão de gestão do princípio da continuidade e, com base na prova obtida, concluiremos sobre se existe alguma incerteza material relativa a acontecimentos ou condições que possam colocar dúvida significativa sobre a capacidade da sociedade em prosseguir a sua atividade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, é exigido que chamemos a atenção no nosso relatório para as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras ou, se tais divulgações forem inadequadas, modifiquemos a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria que obtivemos até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem causar que a sociedade não dê continuidade à sua atividade.
- Avaliaremos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de uma forma que atinja uma apresentação apropriada.

Devido às limitações inerentes a uma auditoria, juntamente com as limitações inerentes ao controlo interno, existe inevitavelmente o risco de que algumas distorções materiais possam não ser detetadas, mesmo que a auditoria seja devidamente planeada e executada de acordo com as ISA.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e identificação do referencial de relato financeiro aplicável**

A nossa auditoria será conduzida na base de que o órgão de gestão reconhece e compreende que têm a responsabilidade:

- (a) Pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as **Normas Internacionais de Relato Financeiro; (NOTA 1)**
- (b) Pelo controlo interno que o órgão de gestão determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro; e
- (c) De nos proporcionarem:
  - (i) Acesso a toda a informação de que o órgão de gestão tenha conhecimento e que seja relevante para a preparação das demonstrações financeiras, tais como registos, documentação e outras matérias;
  - (ii) Informações adicionais que possamos pedir ao órgão de gestão para efeitos da auditoria; e
  - (iii) Acesso sem restrições a pessoas que dentro da entidade determinemos ser necessário contactar para obter prova de auditoria.

Como parte do nosso processo de auditoria, solicitaremos ao órgão de gestão, confirmação escrita respeitante a declarações que nos foram feitas relacionadas com a auditoria.

Esperamos uma total cooperação do vosso pessoal durante a nossa auditoria.

### **Outras informações relevantes**

Para remunerar os serviços objeto do nosso contrato de prestação de serviços a \_\_\_\_ pagarà à Sociedade XXXX, honorários anuais que as partes fixaram de acordo com os critérios previstos no Artigo 59.º do EOROC, estabelecendo-se para este mandato a quantia de Euros \_\_\_\_ (\_\_\_\_), acrescida de IVA à taxa em vigor, a qual constitui avença anual, podendo, contudo, ser paga fracionadamente.

## **Relato**

A forma e o conteúdo do nosso relatório poderão ter de ser alterados à luz das conclusões da nossa auditoria.

Queiram assinar e devolver a cópia anexa desta carta para indicar o vosso reconhecimento e aceitação dos termos relativos à nossa auditoria das demonstrações financeiras, incluindo as nossas responsabilidades respetivas.

XXXX – SROC, Lda

Representada por: XXXX

ROC n.º XXXX, inscrito na CMVM sob o n.º XXXXXXXX

**Tomámos conhecimento e concordamos em nome da sociedade \_\_\_\_.**

**NOTA 1: Alterar conforme referencial contabilístico da Entidade**







